



CÂMARA MUNICIPAL DE IGUAPE

- ESTÂNCIA BALNEÁRIA -

LEI Nº 2.117

DE 16 DE MARÇO DE 2012

DISPÕE SOBRE AS ATIVIDADES DE
TURISMO E VISITAÇÃO NO MUNICÍPIO
DE IGUAPE, E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.

MARIA ELIZABETH NEGRÃO SILVA, Prefeita
Municipal de Iguape – Estância Balneária, no uso de suas atribuições legais,
FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona e promulga a
seguinte Lei:

Art.1º- Todo grupo de visitantes ao Município de Iguape cujo objetivo tem
por roteiro a visitação e educação ambiental, deverá ter
acompanhamento de Agente de Turismo local devidamente
cadastrado no Departamento Municipal de Turismo local
devidamente cadastrado no Departamento Municipal de turismo, o
qual emitirá o Registro de Operação de Turismo.

Parágrafo Único- Todo Agente de Turismo deverá atuar dentro da legislação
vigente como autônomo ou contratado.

Art.2º- Para efeito do artigo supramencionado, somente será expedida
autorização os veículos de transporte coletivo acima de 8 (oito)
passageiros.

Parágrafo Único- No caso de excursão de cunho religioso não será necessário a
contratação do Agente de Turismo quando apresentada a carta
da paróquia da comunidade.

Art.3º- Não atende a presente lei, os veículos de grupos que apenas tenham
como destino os hotéis desta urbe.

Art.4º- O documento de Registro de Operação de Turismo Municipal será
expedido pelo órgão competente composto de 4 (quatro) vias, sendo
que, respectivamente, uma ficará com o cliente, outra com a agência
expedidora, outra com o agente de turismo local, e por último, com
o Fundo Municipal de Turismo.



CÂMARA MUNICIPAL DE IGUAPE

- ESTÂNCIA BALNEÁRIA -

Art.5º- A agente de Turismo local deverá residir no Município de Iguape há pelo menos seis meses, e, ademais, tenha capacitação para atuar em unidades de conservação, ter certificado reconhecido por órgão municipal ou pelo Conselho Municipal de Turismo sobre história do Município, legislação turística e ambiental local, aspectos de urbanismo e arquitetura do Município, primeiros socorros, guiamento, recursos naturais, eventos culturais, folclore, lendas, pontos turísticos e atrativos de Iguape e suas histórias.

Art.6º- O Agente de Turismo Municipal terá o livre acesso a museus, galerias de arte, atrativos turísticos e eventos esportivos em horários previamente acordados com os responsáveis pelos acervos turísticos.

Art.7º- No exercício da função, o Agente Turismo deverá conduzir-se com probidade, dedicação e responsabilidade em prol do desenvolvimento cultural dos turistas/visitantes, respeitando e cumprindo as leis e regulamentos disciplinadores das atividades.

Parágrafo Único- O não cumprimento do artigo acarretará em advertência, suspensão e cassação.

Art.8º- A prestação de serviços dos Agentes de Turismo não gera vínculo empregatício ou qualquer ônus à Prefeitura Municipal, devendo ser remunerado pelas Associações ou Agências de Turismo ou quem os contratar.

Art.9º- O veículo de transporte coletivo turístico devidamente licenciado e cadastrado no Município de Iguape, dispensará de autorização para entrada e circulação nos acervos turísticos desta urbe.

Parágrafo Único- O condutor deverá estar devidamente habilitado e capacitado para conduzir grupo de pessoas.

Art.10- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA SENHORA PREFEITA MUNICIPAL DE IGUAPE
EM 16 DE MARÇO DE 2012

Maria Elizabeth Negrão Silva
Prefeita Municipal